**INSTITUTO ENSINAR BRASIL
FACULDADES DOCTUM DE SERRA**

ELIZANGELA LIRIO DOS SANTOS

**A HOMOFOBIA NA PERSPECTIVA
DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

SERRA/ES

2019

ELIZANGELA LIRIO DOS SANTOS

**A HOMOFOBIA NA PERSPECTIVA
DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Curso de Direito da Rede Doctum de
Ensino, como requisito à obtenção do título
de bacharel em Direito.**

Área de Concentração: Direito Penal

**Professora orientadora: Fabiane Aride
Cunha**

SERRA/ES

2019

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema da homofobia na perspectiva da dignidade da pessoa humana. Desse modo, traz para a discussão os princípios étnicos e educativos tão necessários para os processos de inclusão das pessoas que sofrem preconceitos por terem uma orientação sexual que não se enquadra nos padrões heteronormativos, padrões que impõem modos únicos de ser e estar no mundo, marginalizando os grupos considerados destoantes das políticas hegemônicas. Nessa perspectiva de problematizar a questão posta, discutiremos as ações específicas que os homoafetivos buscam em suas militâncias para alcançar junto ao ordenamento jurídico. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que apresenta a cadeia discursiva em torno da homofobia e a jurisdição da sexualidade no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Homofobia, direitos, dignidade humana e ética.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 SEXUALIDADE E DIREITO: contextualização histórica	7
3 A HOMOFOBIA NO BRASIL: o que nos dizem os fatos?.....	8
4 A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA	13
4.1 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.....	15
4.2 Os Projetos de Lei.....	16
4.3 A homofobia no Código Penal	17
5 A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	18
7 REFERÊNCIAS.....	20

1 INTRODUÇÃO

A dignidade da pessoa humana é um fundamento do Estado Democrático de Direito, prevista como um princípio fundamental da República Federativa do Brasil.

A previsão consta no artigo 1º, III da Constituição Federal:

Ar. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
III – a dignidade da pessoa humana.

A Constituição de 1988 é considerada uma Constituição Cidadã, pelo fato de alargar a dimensão dos direitos e garantias, incluindo no catálogo de direitos fundamentais não apenas os direitos civis e políticos, mas também os direitos sociais. Ela institui o princípio da aplicabilidade imediata de suas normas, adotando o princípio da dignidade humana, como princípio básico a reger o Estado brasileiro em suas relações internacionais.

Para garantir direitos individuais dos homossexuais, tramita no Senado Federal um Projeto de Lei nº 122/2006. Tal projeto objetiva alterar a Lei 7.716/89 que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, incluindo em seu rol punitivo os crimes de caráter homofóbicos. Os caminhos e descaminhos de tal projeto ganham contornos veementes na contemporaneidade, tendo em vista que as minorias alcançaram muitos direitos e pressionam que os órgãos indutores de políticas públicas, garantam a efetividade do que já fora conquistado e ampliem o acesso e permanência nos espaços e tempos estabelecidos em nosso país.

Na empreitada de discutir o supracitado projeto de lei e de pesquisar a criminalização da homofobia no Brasil, elencamos alguns autores que servirão de aporte teórico para discutir a temática. Desse modo, teceremos diálogos ao longo do texto, trazendo à tona os enunciados destes autores, que consistirão como matriz do referencial teórico: Cappellano (2011), Gonzaga (2011), Rios(2011), Sarmiento (2006) e Ghizoni (2009). Tais autores serão intercessores no curso da pesquisa, de modo a estabelecer uma polifonia de enunciados em torno da temática.

Nessa perspectiva, esse trabalho caminha na direção de contribuir com a elucidação de alguns pontos da temática escolhida. Os referenciais escolhidos como matriz de referência, auxiliarão, para que locutor e interlocutor criem uma cadeia de diálogos que potencializam a lei e a vida.

Pelo viés metodológico escolhido, poderá ser possível investigar o que já se produziu para a elucidação do objeto de estudo e os campos que ainda se avolumam à frente do pesquisador. Nesses imbricamentos, fica o convite ao consolidado e ao vindouro. Consolidados são os dados que já existem e vindouros são as produções discursivas que ganham força a cada dia em torno da criminalização da homofobia.

O recorte do trabalho será problematizar a questão da homofobia numa perspectiva da dignidade humana conforme previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988. Como enfatiza Lenzi (2019) a dignidade da pessoa humana é um princípio do Estado Democrático de Direito, e nessa esteira o Estado precisa garantir os direitos humanos e os direitos fundamentais dos seus cidadãos. Assim, a dignidade explicitada em lei estabelece limites a tudo e a todos, intentando de forma normativa evitar abusos que afrontam a qualidade de vida das pessoas no Estado brasileiro.

Nessa perspectiva, a dignidade da pessoa humana deve ser basilar para decisões do Estado, considerando os interesses e o bem-estar dos cidadãos. Pode se depreender que, além de garantir às pessoas o exercício dos seus direitos fundamentais, o Estado também deve agir na empreitada para que tais direitos não sejam desrespeitados.

Há muito tempo vemos, no Estado Brasileiro, a jurisdição da sexualidade, e isso se dá, em boa parte no que tange à orientação sexual dos homoafetivos. Nessa esteira, surgem algumas indagações: o estado laico pode interferir nos modos de ser e estar dos indivíduos nos aspectos condizentes à sexualidade? A jurisdição da sexualidade deve ser uma realidade com vistas a impor modos imperativos aos cidadãos? Desse modo, o presente trabalho busca problematizar a temática em questão para contribuir com o aprofundamento desta.

No que diz respeito à metodologia aplicada será utilizada a pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica de acordo com Prestes (2003) é aquela que serve tanto ao acadêmico, na sua graduação quanto aos pesquisadores, na elucidação dos trabalhos inéditos que pretendem rever, analisar, interpretar e criticar considerações teóricas ou paradigmas, ou ainda criar novos teoremas, com o objetivo de tentar compreender os fenômenos das mais diversas áreas do conhecimento. Já a pesquisa de campo “é aquela que o pesquisador, através de questionários, entrevistas, protocolos verbais, observações, etc., coleta seus dados, entrevistando os pesquisados no seu meio” (PRESTES, 2003, p. 27). O estudo aqui apresentado teve base nos dados coletados a partir das problematizações trazidas por alguns autores que discutem a questão da homofobia e propõem que a homoafetividade seja vista a partir do princípio da dignidade da pessoa humana.

2 SEXUALIDADE E DIREITO: contextualização histórica

Para Foucault (2008) o biopoder consiste naquilo que comanda a vida dos indivíduos e impõe a eles normas que visam o controle da vida. Para ele, o poder encontra-se sempre associado a alguma forma de saber:

Exercer o poder torna-se possível mediante conhecimentos que lhe servem de instrumento e justificação. Em nome da verdade legitimam-se e viabilizam-se práticas autoritárias de segregação, monitoramento, gestão dos corpos e do desejo. Inversamente, é no centro de aparatos sofisticados de poder que sujeitos podem ser observados, esquadrihados, de maneira que deles sejam extraídos saberes produtores de subjetividade.

Nessa perspectiva, pensar na relação entre direito e sexualidade, consiste em considerar como a legislação contribui para a emancipação da vida, e como esse ramo do saber auxilia na constituição de novos modos de existência. Se tal temática é uma questão latente na atualidade, torna-se relevante discuti-la nesse trabalho. Acreditamos que ao discutir um problema, abrimos portas, no caso aqui, portas jurídicas, intentando trazer novas informações acerca do problema.

A homofobia vai contra o Direito Humano fundamental de liberdade de expressão da singularidade humana, descortinando um comportamento discriminatório. As leis brasileiras atuais ainda não preveem o crime de homofobia, mas a Constituição Federal de 1988 determina em seu Art. 3º e inciso IV:

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

No Art. 5º, inciso XLI, postula:

A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

Nesse intento, esse trabalho busca no seu objetivo geral: contribuir com o aprofundamento das questões em torno da homofobia, acreditando que os contornos emergentes da pesquisa, auxiliarão no entendimento desse tema, tão polêmico na atualidade.

Como afirma Ramos (2014, pag.70):

A temática envolve muitas forças políticas e religiosas, o que torna imprescindível um acompanhamento dos fatos recentes protagonizados por agentes políticos no sentido de impulsionar ou refrear o avanço de iniciativas atinentes à homofobia. Também aqui nos cumpre mencionar as relações políticas traduzidas.

Trilhando pelo campo das políticas e discussões em torno da homofobia como nos anuncia Ramos (2014), abordaremos a seguir a questão da homofobia no Brasil, trazendo os enunciados acerca dos fatos que envolvem o tema aqui apresentado.

3 A HOMOFOBIA NO BRASIL: o que nos dizem os fatos?

A Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000) traz questões pertinentes aos novos desafios da humanidade que são os grupos mais vulneráveis, que apesar de sempre estarem contemplados, se mostram os mais impactados pela eficácia das políticas que venham a ser estabelecidas. Nesse contexto, estão os homoafetivos que, como sujeitos de direitos e deveres, precisam ser alcançados pelas políticas públicas.

O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em seu artigo 13 aborda o reconhecimento de comum acordo de uma série de direitos por parte dos Estados-partes participantes da relatoria. Assim, dentre eles, destaca-se um dos pontos por eles pactuados: favorecimento da convivência e harmonia entre as

diversas raças, etnias e religiões em prol da paz universal. Se pensarmos no grupo de homoafetivos que, assim como todos os cidadãos, participam efetivamente da sociedade, engendrados nas vivências raciais, étnicas e religiosas, temos que estes necessitam viver num país que garanta um vida cidadã efetiva.

O arcabouço legal brasileiro inspirado nas conclusões da *Conferência de Joitem*, na Tailândia, em 1993, e de Salamanca, na Espanha, em 1994, explicita que a base de uma sociedade democrática está no reconhecimento de que:

[...] a Educação é um direito de todos. Sua universalização e qualidade significam, além da ampliação das condições para superação das desigualdades sociais, criar possibilidades para que os sujeitos possam questionar a realidade e coletivamente modificar o mundo, a partir de uma concepção de pessoa e de sociedade que reforce o sentimento de responsabilidade, de pertencimento e de engajamento, confronte a submissão aos valores dominantes e busque alternativas para uma sociedade melhor, desafiando todos a repensarem a educação na sua complexidade, no contexto das diferenças (DUTRA, GRIBOSCK, 2006, p.22).

Veiga Neto (2001) considera que estas peculiaridades devem motivar os órgãos indutores de políticas pela busca por respostas que permitam rever modelos historicamente aceitos, tais como: o papel dos homoafetivos e de outros atores sociais, contextualização da família, da comunidade na sociedade ainda excludente.

Neste sentido, é relevante o questionamento sobre quais possibilidades e limites de ação política podem ser criadas em prol da inclusão dos homoafetivos em uma sociedade na qual a exclusão teima em se perpetuar. Para tanto, faz-se necessário investir em políticas públicas que se preocupem com a inclusão dos marginalizados, bem como a criação de oportunidades para as pessoas que não vivem os padrões heteronormativos.

Desse modo, acredita-se que as intencionalidades de uma política, fundamentalmente inclusiva no que tange à homoafetividade, devem ser explícitas e dialogantes; devem ser expressas claramente e devem se reger por princípios e valores que fundamentam e sustentam tais intencionalidades. Enfim, as políticas devem se pautar em pressupostos, e expressar valores que justifiquem as escolhas e procedimentos tomados. Se não forem explícitos, tais pressupostos deixam de ser

justificantes e passam a ser oportunistas, pois mudam de valor quando a situação se altera.

Diante deste cenário, de mudanças rápidas e de metas que precisam estar atentas ao resgate dos valores sociais e democráticos, a participação dos grupos organizados e militantes homoafetivos é essencial, pois estes profissionais com sua visão de totalidade podem vincular as questões sociopolíticas que envolvem as instituições em sua ação contextual. Neste sentido é importante, pensar e repensar sobre a inclusão dos casais homoafetivos que sofrem a todo instante de muitas violências físicas e verbais.

Quando se fala em inclusão de grupos minoritários, no caso aqui são os homoafetivos, a ideia perpassa os modelos existentes, vai além da submissão aos modelos sociais aceitos e envolve outros conceitos, tais como o de abranger e de acolher as diferenças. No entanto, há consenso para que a sociedade inclusiva seja fortalecida através dos valores humanos que propiciem o atendimento à singularidade. Para tal, faz-se necessário criar leis, políticas e espaços-tempos para que os homoafetivos se sintam acolhidos e seguros, tendo em vista que a brutalidade dos crimes é uma marca deplorável que atinge com muita força tais grupos.

O respeito aos que têm uma orientação diferente do padrão heteronormativo vai na via do Direito Humano fundamental de liberdade de expressão da singularidade humana, materializando a garantia de direitos.

Nessa perspectiva, é preciso trazer para a discussão Gonzaga (2011, pag.56), que ao versar sobre o princípio da igualdade, contribui para que pensemos a jurisdição da homofobia numa ótica que acena para a liberdade dos cidadãos.

Compondo com Gonzaga (2001) as proposições de Rios (2011, pag.06), ampliam a discussão, tendo em vista que esse autor tem contribuído de forma efetiva para que amplifiquemos as compreensões sobre as relações entre Direito e sexualidade.

Assim, nesse intento, é preciso abordar os conceitos que tangem o objeto de estudo, trazendo diálogos com Sarmiento (2006, pag.1) que nos mostra os princípios da liberdade expressos na Constituição Federal de 1988.

A Constituição de 1988 estabelece uma série de direitos que deverão ser garantidos à pessoa humana, sem nenhuma exceção, distinção ou discriminação. Nesse contexto estão inseridos os casais homoafetivos. Esse grupo sofre na sociedade brasileira de muitas discriminações motivadas pela intolerância quanto à orientação sexual. No entanto, tal grupo tem os mesmos direitos dos heterossexuais. Pode-se enumerar alguns deles: o direito ao respeito à sua dignidade como pessoa humana; a igualdade de direitos civis e políticos; de adoção de medidas próprias a capacitá-las a tornarem-se, quando possível, autoconfiantes; a proteção contra todo e qualquer regulamento e tratamento de natureza discriminatória, abusiva ou degradante; o direito a tratamento médico, psicológico e funcional para desenvolvimento de capacidades e habilidades; à segurança material em nível de vida decente, em atividades produtivas e remuneradas de acordo com as aptidões.

Nas tessituras de Alessi (2011) temos inspiração para afirmar que eles devem ser tratados como todos os outros cidadãos, pois agem na sociedade como todos, passíveis de erros, acertos, ou seja, vivem como todos os outros grupos, sujeitos às vicissitudes da sociedade brasileira, lutando como afirma a autora pelo direito de ser família.

Para que os casais homoafetivos tenham dignidade humana é necessária a articulação entre sujeitos de setores sociais diversos e, portanto, de saberes, poderes e vontades diversas, para enfrentar problemas complexos. É uma forma de trabalhar, de governar e de construir políticas que pretendem possibilitar a superação da fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais para produzir efeitos mais significativos para a população.

Nessa perspectiva, temos a construção de um trabalho coletivo de se constituir como processo organizado. A ação de incluir os sujeitos marginalizados não é um processo espontâneo, depende de uma ação deliberada, que pressupõe o respeito à diversidade e às particularidades de cada setor ou participante e envolve a criação de

espaços comunicativos, a capacidade de negociação e também trabalhar os conflitos para que finalmente se possa chegar, com maior potencial, às ações.

Assim, trabalhar pelo respeito a todos, com orientações sexuais diversas, envolve também a expectativa de maior capacidade de resolver situações, de efetividades e de eficácia, pois, em todas as experiências reconhece-se claramente que ela se constrói sobre a necessidade das pessoas e setores de enfrentar problemas concretos. São as questões concretas que mobilizam resultados parciais, palpáveis, perceptíveis para retroalimentar setores e pessoas participantes.

Nos espaços-tempos organizados para incluir os homoafetivos há necessidade de um exercício permanente de paciência e de negociação, pois ninguém está acostumado a ficar pensando no assunto que é do outro; além disso, algumas vezes se percorrem caminhos já esgotados setorialmente, outras vezes surgem questões novas que jamais seriam pensadas do ponto de vista setorial.

Nas sociedades primitivas, caracterizadas pelo nomadismo, as exigências de autonomia e de um individualismo mais forte tornavam difícil a sobrevivência de portadores de doenças que comprometessem essa mobilidade. Assim, consideradas como um “peso morto”, essas pessoas eram isoladas, numa espécie de seleção natural, onde apenas os mais fortes sobreviviam e se estabeleciam. Pode-se tomar esse exemplo para pensar nos modos de vida dos homoafetivos no Brasil, que por causa da intolerância de muitos, nasce o medo da morte, das múltiplas violências instauradas, isolando os sujeitos que não são heterossexuais, padrão aceito como normal.

Na Grécia Antiga, especialmente em Esparta, os pais dos recém-nascidos apresentavam a criança ao Estado, que avaliava a robustez desta para verificar se valeria a pena o esforço exigido. Se constatada a inaptidão, o bebê era jogado do alto de um monte.

Os espartanos tencionavam formar fortes guerreiros e primavam por uma estética perfeita, por isso não aceitavam as chamadas “monstruosidades”. Será que agimos como os espartanos, considerando os homoafetivos como monstros?

A história da inclusão dos homoafetivos surge, portanto, em contraponto à história de exclusão. Variando conforme a cultura, sempre existiram as duas facetas da realidade; no Brasil, ainda há carência de muitos avanços que considerem todos como cidadãos.

Conscientizar os indivíduos para que eles se tornem sujeitos que respeitem os homoafetivos é um importante passo a ser dado. Especialmente no Brasil, onde os homoafetivos sofrem de violência de toda ordem. Essa conscientização pode potencializar o respeito a todos. Como imaginar o respeito em condições onde até os movimentos são, às vezes, limitantes? Ou, ainda, como responder por ações onde a credibilidade é diminuída por estereótipos construídos pela ação devastadora da intolerância étnica ou cultural? Essas perguntas podem ser respondidas somente após estudos que, estabelecendo uma estreita relação com a comunidade e com os indivíduos excluídos, tragam à pauta discussões sobre a homoafetividade, pensada a partir da dignidade da pessoa humana.

Atender aos padrões previamente estabelecidos classifica as pessoas como normais ou não. Esses padrões, no aspecto da homoafetividade, devem ter sua revisão feita em caráter de urgência, dado o enorme sofrimento psíquico e físico de quem sofre com o preconceito sexual.

Nos aspectos éticos, considerando o contexto, este resultado pode ter ainda mais valor se observados detalhes ligados às especificidades referentes à homoafetividade. Para o sujeito heterossexual, a convivência com as orientações sexuais ditas diferentes soma-se aos seus modos de vida e resulta num aproveitamento significativo. Para o homoafetivo, a ética configura-se como um aprendizado que pode e deve, também ser posto em prática, mas com a noção de igualdade presente no convívio com os demais cidadãos.

4 A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA

Nessas discussões, políticas e religiosas, a pesquisa se releva ao passo que os militantes da criminalização da homofobia lutam por uma lei específica que garanta aos homoafetivos o direito de usarem os espaços urbanos com tranquilidade, serem

transeuntes, ocuparem a cidade e outros espaços fora dela sem terem as vidas ameaçadas, e quando for o caso de agressão, terem a letra da lei materializada na garantia de direitos, efetivados na vida cotidiana.

O presente trabalho se assenta no fato de termos, quanto às políticas e ao direito, um movimento que tem como marca fundamental as questões ainda não definidas no que tange à criminalização da homofobia no Brasil. Nessa esteira, a pesquisa pode encontrar não o que está definido, mas muitos projetos de lei em curso e algumas leis consolidadas que não tratam diretamente da homofobia.

Para além do que está posto, o presente trabalho, no seu curso, pode entrar em relação com leis e políticas vindouras que afetarão o estudo em questão. Nessa via, estar atento aos novos dados que venham a se presentificar, é fundamental, tendo em vista que são informações relevantes a serem coletadas.

No Estado Brasileiro, as questões em torno da sexualidade vêm ganhando contornos bem polêmicos e essa discussão se dá nos aspectos condizentes à orientação sexual. Nesse sentido, a questão da homoafetividade é algo latente na sociedade contemporânea. Nessa empreitada, de buscas intermináveis para compreender a temática, emerge a problematização sobre a laicidade do Estado e seu controle da sexualidade dos sujeitos. É profícua a intervenção do Estado nesses assuntos? A legislação da sexualidade deve ser uma realidade com vistas a impor modos aos cidadãos de como se comportarem sexualmente falando?

Nesse sentido, pensar na relação entre direito e sexualidade, e discutir uma estética do existir, respeitando os direitos dos homoafetivos é algo muito relevante e urgente. É potente pensar que ao abordar tal temática, descortinam-se os engendramentos jurídicos, objetivando traçar novas informações que evidenciem as questões mais relevantes do problema no Brasil.

Cappellano (2011) nos permite compreender o histórico da homossexualidade, pois antes de adentrar à questão da criminalização da homofobia, é preciso descortinar como a sexualidade daqueles que não se enquadram nos padrões heteronormativos foi historicamente sendo construída, embalada de preconceitos, engendrada por lutas, violências e algumas conquistas.

Dialogaremos também com Ghizoni (2009, pag.23) para compreender os embates contemporâneos em torno da criminalização da homofobia, visando, assim, enxergar os contornos de uma cadeia enunciativa formada a partir desse tema tão polêmico.

4.1 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

Os aspectos legais que fomentam as discussões sobre o tema da homoafetividade numa perspectiva da dignidade humana são, propositalmente, coincidentes em seus argumentos. Em toda a literatura relacionada, são abordados os assuntos com vistas a incentivar o trabalho dos educadores numa atividade mais e melhor articulada com os ideais de democracia e cidadania.

Na verdade, parece ocorrer um temor de se confiar a um único juiz a definição de certo e errado, já que a condição humana guarda no mínimo resquícios de ordem cultural que tornam as medidas por vezes tendenciosas e suscetíveis a erros. Esse ensino que traga alguma bagagem quanto à moral parece ser capaz de amenizar esse problema quando se observa que a universalização da ética no que diz respeito à questão da homoafetividade não conduz à uniformidade de ideias, mas traz a partilha de valores comuns, conforme Seve (1999). Assim, a avaliação das posturas a serem tomadas em situações de oposição ou de acordo pode sempre ser melhor apreciada quando os demais constituintes da sociedade estão aptos a formarem ideias e a colocá-las em discussão.

O legislador, com a autoridade formal que possui, outorgada pela sua formação e conhecimento, deve deixar clara a sua condição através de atitudes éticas. É pelo exemplo, portanto, que ele vai se destacar e fazer valer seus ensinamentos no campo da ética. Assim, também deve conscientizar-se de que autoridade é serviço, não privilégio, e dedicar-se à promoção social de todos os cidadãos.

A compreensão efetiva da indivisibilidade e da integralidade da dignidade humana, deve compor de forma consciente, acreditando que a inclusão dos sujeitos homoafetivos deve acontecer em todos os espaços-tempos da sociedade.

Atender, especificamente tais grupos, e neles estão os homoafetivos, vai constituindo-se tarefa mais difícil à medida que a inclusão se expande. Assim, o trabalho de integração entre os grupos torna-se cada vez mais importante. A transmissão de ideias condizentes à dignidade humana passa a ser um, entre vários deveres de cada um inserido no contexto da sociedade brasileira. Assim, a integração proporciona aqueles que se expressam fora dos padrões sexuais estabelecidos para que possam ser respeitados.

4.2 Os Projetos de Lei

No contexto desse processo de inclusão, a garantia em lei específica que proteja os homoafetivos é indispensável. Observadas as particularidades dos grupos, as políticas podem variar, mas a essência da inclusão deve permanecer constante, que é a de promover a igualdade dentro da diversidade, observando o princípio da dignidade humana previsto em lei. A observação de valores éticos é indispensável nesse processo inclusivo que tem o aparato da lei como um disparador de práticas exitosas no que diz respeito aos grupos mencionados.

Assim, a igualdade, citada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, pode ser automaticamente transferida para a prática diária do cidadão comum, dos gestores de políticas públicas, dos magistrados e da comunidade. No contexto da legislação específica para os homoafetivos, esse elemento pode se tornar um facilitador, já que as diferenças são geralmente facilmente observáveis e o ponto de partida pode ser essa diversidade prevista em lei. Os legisladores não podem trabalhar apenas com as certezas, mas as dúvidas devem ser sempre discutidas e o resultado do debate tido como referencial para facilitar decisões e posturas futuras.

Ao discutir os processos que legitimam os direitos dos homoafetivos, considerando os aspectos de ordem ética significa ocupar-se de uma atividade que talvez não traga resultados palpáveis imediatamente, mas que ao longo do tempo pode proporcionar notáveis mudanças individuais e coletivas. Logo, um juiz ou um árbitro, podem configurar-se uma preocupação quanto à legitimidade de sua soberania e poder de decisão, na ausência de bagagem crítica dos demais indivíduos, e nesse contexto estão também os homoafetivos, que não podem deixar de serem beneficiados pela legislação brasileira.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou em 22 de maio de 2019 o projeto de lei (PL) 672/2019 que prevê punições para a discriminação ou preconceito por sexo, orientação sexual e identidade de gênero. A proposta apresentada, criminalizando a homofobia, traz alterações na legislação que trata dos crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

O projeto é de autoria do senador Weverton Rocha (PDT-MA). Em seu texto, versa sobre a criminalização da homofobia no bojo de outros preconceitos como citado acima; entretanto, os grupos militantes lutam por uma lei específica, que impute crime para as pessoas que discriminem os homoafetivos pelo fato deles serem homoafetivos. Colocar a lei entre outras leis já existentes, traz alguns benefícios, e não somente colocar no mesmo contexto um problema tão grande e merecedor de uma maior atenção.

4.3 A homofobia no Código Penal

Muito antes do atual PL 672/2019, já tramitava o PL 6572/2014 que diz:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara aprovou projeto que criminaliza a homofobia e a transfobia (PL 7582/14). O texto considera crime hediondo o homicídio cometido contra lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, intersexo e demais pessoas trans. Atualmente, não há essa previsão especificada no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), que considera hediondos crimes com maior potencial ofensivo como estupro, latrocínio, extorsão mediante sequestro e feminicídio (incluído recentemente no rol dos homicídios qualificados). (XAVIER, 2019).

O projeto de lei nº 7582/2014 traz avanços, porém como nos mostra Xavier (2019) ainda não altera o código penal brasileiro, sendo necessário na futura reforma desse código, incluir a criminalização da homofobia. Assim, se efetivaria no arcabouço jurídico uma proteção a quem sofre pela orientação sexual.

É sabido que as leis não operam milagres, servem como uma fonte inspiradora para provocar mudanças. Nesse sentido, o anseio dos homoafetivos é que a lei aprovada não seja letra morta, e mesmo estando junta com outros tipos de preconceitos, seja um instrumento disparador de inclusão para aqueles que sofrem,

tendo em vista que pode, pelo ordenamento jurídico, minimizar a problemática tão latente no Estado brasileiro.

A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexos (ABGLT) e o Partido Popular Socialista (PPS) trazem para a discussão um ponto muito relevante. Afirmam que o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 determina que qualquer "discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais" seja punida criminalmente. Ao deixar de criar um aparato jurídico sobre a homofobia, deputados e senadores estariam, de acordo com os militantes da causa, se omitindo inconstitucionalmente, deixando que vivam às margens os cidadãos homoafetivos, que são sujeitos de direitos como todos os outros.

5 A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O espaço público é o ambiente onde as leituras de mundo se encontram e se confrontam. Nesse espaço comum, são provadas as vivências e conceitos que servem de avaliadores para a conclusão sobre a bagagem moral dos presentes. Uma preparação acerca do assunto ética, preferencialmente no que toca a temática discutida nesse trabalho, pode fazer com que amadureçam as ideias de caráter ético de maneira cada vez mais precoce, conduzindo os indivíduos a uma melhor aceitação dos fundamentos práticos de reciprocidade e respeito aos que vivem sua sexualidade da forma como foi orientada de acordo com os processos individuais de cada um.

A relação da sociedade e do aparato jurídico, desprovida teoricamente dos aspectos que tornam essa relação inclusiva, é de segregação e, às vezes, indiferença. Na sociedade dita inclusiva, os homoafetivos não têm leis específicas que garantam seus direitos, e lutar pelas especificidades desse grupo é tarefa urgente. Uma inclusão plena, e difícil de ser alcançada, mas não impossível, pode incluir tal grupo, proporcionando êxito a todos os envolvidos no processo de cidadania.

A homoafetividade considerada sob essa ótica faz com que as potencialidades sejam exploradas de tal maneira que todos saiam ganhando. A partir daí surge o conceito de mente inclusiva, que nada mais é do que a movimentação dos grupos responsáveis pela atividade de inclusão não só para implantar os processos, mas

também para criar mecanismos adequados à correta aplicação dos conhecimentos e métodos.

A sociedade necessita de mudanças urgentes no aspecto da inclusão dos homoafetivos. Infelizmente existem dificuldades a serem trabalhadas no tocante à comunicação entre os envolvidos no processo. Torna-se mais difícil a implantação de um modelo inclusivo sem um debate consistente e um conjunto de medidas que possibilitem a interação entre os grupos minoritários e gestores de políticas públicas.

Historicamente, os indivíduos que vivem a homoafetividade são, de alguma forma, discriminados dos demais. No passado, os indivíduos que nasciam com alguma deficiência ou adquiriam algum comprometimento de ordem física ou mental eram punidos com a morte. Esses modos de tratar a deficiência eram diferentes de acordo com a cultura, com os modelos econômicos, religiosos e sociais de cada grupo. Na sociedade brasileira atual acontece algo semelhante com os indivíduos considerados como bizarros, que ganham apelidos que os diminuem em situações vexatórias. Nessa sociedade marcada por preconceitos, muitos perdem a vida de forma brutal.

Problematizando a questão trazida acima, se torna importante observar que a padronização de procedimentos soa prejudicial e denota uma uniformidade que não condiz com qualquer *práxis* referente aos processos de garantia dos direitos dos homoafetivos. As dificuldades são várias, as potencialidades, idem. Por isso, as soluções devem variar conforme o contexto.

A construção dos valores morais deve ser feita coletivamente, valorizando os aspectos comuns e as diferenças, preservando a reciprocidade como princípio básico e fundamental para o respeito mútuo e a obtenção de uma sociedade mais tolerável no tocante às relações humanas. Trabalhar a ética por meio do diálogo é uma forma de abordar situações cotidianas e automaticamente propor meios de resolução e esclarecimento de questões que envolvam o assunto da homoafetividade.

A construção da cidadania que considere os direitos dos grupos que sofrem preconceitos por causa da sexualidade deve ter como eixo principal a educação e a sociedade para ser o norte da discussão consistente sobre ética e inclusão. No

entanto, essa construção passa pela aceitação das diferenças por parte da sociedade e dos grupos ditos normais, que estão direta ou indiretamente relacionados aos grupos minoritários em questão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, considerando a homofobia no contexto brasileiro, pensada a partir do princípio de dignidade humana, entendemos que o ordenamento jurídico pode contribuir para que os homoafetivos sejam incluídos. Os grupos militantes acreditam na potência da lei, que ao ser prevista no código penal brasileiro pode ser capaz de minimizar a violência contra esse grupo, que tanto sofre de forma brutal.

Ao abordar o princípio da dignidade humana, o intento foi demonstrar que o Estado brasileiro pode promover ações políticas, sociais e jurídicas que protejam, democratizem o acesso e garantam o direito de ir e vir de todos, e os homoafetivos estão inseridos nesse contexto de lutas. Sabe-se que há uma longa jornada a seguir, algumas conquistas foram materializadas e há outras, que nos engajamentos dos militantes e de toda a sociedade civil, também serão em breve uma realidade.

7 REFERÊNCIAS

ALESSI, Dóris de Cássia. **Casamento Civil Homoafetivo e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana**. 2012. Programa de Mestrado em Direito da Univem. Disponível em: https://aberto.univem.edu.br/bitstream/handle/11077/838/Dissertação_Dóris%20de%20Cássia%20Alessi_2012.pdf?sequence=1. Acessado em 20 de setembro de 2019.

CAPPELLANO, Carlos Luiz. **Breve Histórico da Homossexualidade**.

DUTRA, C. P; GRIBOSCKI, C. M. **Educação Inclusiva: um projeto coletivo de transformação do sistema educacional**. In: SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO DE GESTORES E EDUCADORES, 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial, 2006. 146p.

FOUCAULT, M. (2008b). **Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes.

GHIZONI, Talita Nunes da Silva. **A Criminalização da Homofobia À Luz dos Princípios da Dignidade da Pessoa Humana e do Pluralismo**. Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, 2009

GONZAGA, Álvaro de Azevedo. **O Princípio da Igualdade: é juridicamente possível no ordenamento jurídico existirem leis discriminatórias?** Scientia FAER, Olímpia - SP, Ano 1, Volume 1, 2º Semestre. 2009.

LENZI, Tiê. **O Que é Dignidade da Pessoa Humana**: Disponível in: <https://www.significados.com.br/dignidade-da-pessoa-humana/>. Acessado em 12 de setembro de 2019.

RAMOS, Luana Moreira cruz. **A Criminalização Da Homofobia**. Rio de Janeiro. 2014.

SEVE, L. **Entendimento em ética: atos de linguagem e linguagem dos atos**. In: CHANGEUX, J. (Org.). **Uma ética para quantos?** São Paulo: EDUSC, 1999.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 2. ed. São Paulo: Rêspel, 2003.

RIOS, Roger Raupp; **Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação. Diversidade Sexual na Educação**. 2009.

SARMENTO, Daniel. **Os princípios constitucionais da liberdade e da autonomia privada**. SP, 2006.

VEIGA-NETO, A. Incluir para excluir. In: LARROSA, J.; SKILAR, C. **Habitantes de Babel: Políticas e Poéticas da Diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

XAVIER, Luiz Gustavo. **Direitos Humanos Aprova Criminalização da Homofobia e da Transfobia**. Disponível in: <https://www.camara.leg.br/noticias/559453-direitos-humanos-aprova-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia/>. Acessado em 05 de outubro de 2019.